

PEDAGOGIA SOCIAL: O PAPEL DO PEDAGOGO

NO CONTEXTO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

Valéria Moretto¹

Estela Aparecida Oliveira Vieira²

RESUMO: Este trabalho pretende levantar questões sobre a atuação do pedagogo em ambientes não escolares, mais especificamente, no contexto da assistência social, cuja prática vai além da visão educativa nas ações de prevenção e combate à vulnerabilidade social. Objetiva também criar uma reflexão sobre aspectos da formação acadêmica do pedagogo, abordando sua atuação profissional, e sua qualificação para atuar não só na docência, como na educação não formal. Pretendendo, portanto, ressaltar a importância da atuação do pedagogo dentro dos Centros de Referência da Assistência Social (CRAS), mais especificamente na organização das atividades desenvolvidas pelo Serviço de Proteção e Atendimento Integral às Famílias (PAIF) e pelo Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV). Cabe destacar que o pedagogo ainda procura se firmar como agente de transformação em outros espaços para além dos muros da escola. É necessário e urgente discutir e identificar o trabalho que o pedagogo exerce na Assistência Social para evidenciar seu papel de transformador. Por fim, fica evidente que a atuação deste profissional é inovadora e extensa, indo muito além das breves colocações deste artigo, o que suscita estudos mais aprofundados.

Palavras-chave: Pedagogo. Pedagogia Social. Educação não formal.

ABSTRACT: This work intends to raise questions about the pedagogue's performance in non-school environments, more specifically, in the context of social assistance, whose practice goes beyond the educational vision in actions to prevent and combat social vulnerability. It also aims to create a reflection on aspects of the academic education of the pedagogue, addressing their professional performance, and their qualification to work not only in teaching, but also in non-formal education. Therefore, intending to emphasize the importance of the pedagogue's performance within the Social Assistance Reference Centers (CRAS), more specifically in the organization of activities developed by the Service for Integral Protection and Assistance to Families (PAIF) and by the Coexistence and Strengthening Service. Links (SCFV). It should be noted that the pedagogue still seeks to establish himself as an agent of transformation in other spaces beyond the walls of the school. It is necessary and urgent to discuss and identify the work that the pedagogue performs in Social Assistance to highlight their role as a transformer. Finally, it is evident that the work of this professional is innovative and extensive, going far beyond the brief statements of this article, which prompts further studies.

Keywords: Pedagogue. Social Pedagogy. Non-formal education.

¹ Graduanda/o do curso de Pedagogia– UFLA, e-mail: valmoretto@yahoo.com.br

² Estela Aparecida Oliveira Vieira – Professora Departamento de Educação da Universidade Federal de Lavras – UFLA, e-mail: estela.vieira@ufla.br

1. Introdução

Em vários momentos foram discutidos a atuação, a formação e a ação educativa do pedagogo, que resultou, ao longo do tempo, numa mudança significativa no perfil deste profissional. Segundo Libâneo (2005) o conceito de educação não se restringe mais só à educação formal, dentro de sala de aula, mas contempla hoje uma educação que acontece também fora dos muros da escola em diversos e diferentes ambientes.

Com a aprovação das Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) para os cursos de Pedagogia em 2006 foram discutidos os vários campos de atuação e perfis profissionais do pedagogo. O artigo nº 2 da Resolução CNE/CP Nº1 institui que as DCN:

“[...] aplicam-se à formação inicial para o exercício da docência na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental, nos cursos de Ensino Médio, na modalidade Normal, e em cursos de Educação Profissional na área de serviços e apoio escolar, bem como em outras áreas nas quais sejam previstos conhecimentos pedagógicos (BRASIL/CNE, 2006, p. 1).

Pode-se ver que o artigo nº 2 da Resolução CNE/CP Nº1 destaca a formação histórica em pedagogia, que elege a docência como seu ponto central, distanciando da atuação de coordenação, orientação, gestão e supervisão escolar, que exigem especialização complementar. No entanto, a formação voltada para a docência não deixa de contemplar outros espaços de atuação que necessitam da prática pedagógica, como nos setores da saúde e assistência social onde o pedagogo pode atuar na gestão e coordenação entre outras ações.

Já o artigo nº 4 da mesma Resolução institui o pedagogo como o profissional que trabalha, “em espaços escolares e não-escolares, na promoção da aprendizagem de sujeitos em diferentes fases do desenvolvimento humano, em diversos níveis e modalidades do processo educativo” (BRASIL/CNE, 2006).

Sobre a perspectiva da formação acadêmica do pedagogo Gohn (2010) destaca que:

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), de 1996, abriu caminho institucional aos processos educativos que ocorrem em espaços não formais e ao definir educação como aquela que abrange “processos educativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais” (art. 1º, LDBEN, 1996), o termo foi incorporado ao Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos, em 2003, o qual tive a oportunidade de assessorar” (GOHN, 2010, p.11) .

Vê-se, portanto, a expansão da atuação do pedagogo em espaços não escolares, e com isso a necessidade de um olhar crítico sobre a prática e os processos formativos do profissional.

A educação não formal, entre outros aspectos, visa atender a população que se encontra em estado de vulnerabilidade socioeconômica. Os espaços não formais oferecem atividades educacionais no período inverso de estudo da criança e do adolescente, sendo uma experiência didática, organizada e sistematizada fora do contexto formal da escola. Para Gohn (2006):

"[...] A educação não-formal designa um processo com várias dimensões tais como: a aprendizagem política dos direitos dos indivíduos enquanto cidadãos; a capacitação dos indivíduos para o trabalho, por meio da aprendizagem de habilidades e/ou desenvolvimento de potencialidades; a aprendizagem e exercício de práticas que capacitam os indivíduos a se organizarem com objetivos comunitários, voltadas para a solução de problemas coletivos cotidianos; a aprendizagem de conteúdos que possibilitem aos indivíduos fazerem uma leitura do mundo do ponto de vista de compreensão do que se passa ao seu redor; a educação desenvolvida na mídia e pela mídia, em especial a eletrônica etc." Gohn (2006, p.2)

Libâneo (2005) defende que o curso de pedagogia deva formar profissionais qualificados para atuar em vários campos educativos do tipo não-formal e informal para atender demandas socio-educativas decorrentes de novas realidades, novas tecnologias, mudanças sociais, evolução dos meios de comunicação e informação, mudanças profissionais, entre outros.

A atuação do pedagogo em espaços não escolares tem tomado volume, e um exemplo disso é a possibilidade de trabalho em programas de assistência social junto aos Centros de Referência e Assistência Social (CRAS).

Por isso o presente estudo tem como objetivo geral refletir sobre o papel do pedagogo em ambientes não escolares, mais especificamente, no contexto da Política Nacional de Assistência Social, cuja prática vai além da visão educativa nas ações de prevenção e combate à vulnerabilidade social. Mais especificamente objetiva-se:

1 refletir sobre aspectos da formação acadêmica do pedagogo, abordando sua atuação profissional, e sua qualificação para atuar não só na docência, como na educação não formal;

2 descrever a importância da sua atuação dentro dos Centros de Referência da Assistência Social (CRAS), especificamente na organização das atividades desenvolvidas pelo Serviço de Proteção e Atendimento Integral às Famílias (PAIF) e pelo Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV).

Esta intenção de pesquisa parte do princípio de que o pedagogo ao atuar nestes serviços trabalha numa dinâmica pedagógica que vai muito além da visão de educar, trabalha o empoderamento dos sujeitos diante das dificuldades, numa visão de garantia de direitos

entre tantas outras vulnerabilidades sociais envolvidas, se fazendo valer da educação como instrumento transformador de mundo, dentro de uma dinâmica contínua.

2. Metodologia

Optou-se, neste estudo pelo processo de revisão bibliográfica do tipo narrativa. A revisão bibliográfica segundo Fontelles et al. (2009), permite descobrir e compreender sobre o que se está escrevendo, a partir da leitura de trabalhos já publicados, mas não apenas, analisar aspectos que já foram abordados, e dúvidas em relação ao tema a que se propôs estudar. Quando tem mais conhecimento sobre o seu tema, o pesquisador pode fundamentá-lo de maneira mais segura, e isso oferecerá suporte para que o mesmo justifique a sua proposta, e defina, de maneira mais precisa, os objetivos do seu estudo, evitando que o mesmo se mostre monótono e repetitivo.

Todo trabalho científico inicia-se com uma pesquisa bibliográfica, que permite ao pesquisador conhecer e refletir sobre o que já foi estudado sobre o assunto em análise. Existem, porém pesquisas científicas que se baseiam unicamente na revisão bibliográfica, procurando referências teóricas publicadas com o objetivo de recolher informações ou conhecimentos prévios sobre o problema a respeito do qual se procura a resposta. (FONSECA, 2002, p. 32).

A revisão narrativa não faz uso de critérios sistemáticos e estruturados, baseado em protocolos de busca e análise crítica da literatura, ou seja, não é necessário esgotar as fontes de informações. Considerando isso, a seleção dos estudos e a interpretação foram feitas de maneira que a temática fosse abordada a partir do olhar e vivência da pesquisadora, estando então sujeita à subjetividade característica dessa metodologia (ROTHER, 2007).

Para a revisão bibliográfica foram selecionados vários autores como: Libâneo (2005), Gohn (2006), Caliman (2014), Gadotti (2005) e Paulo Freire (2011) (2005) e (1997). Outras obras foram utilizadas para apoiar a análise, disponíveis em livros impressos e publicações eletrônicas, documentos oficiais de regulamentação da profissão de pedagogia, legislação sobre o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e as competências e áreas de atuação do profissional de pedagogia.

3. Recolhendo espaços

3.1. A educação não formal e o conceito de pedagogia social

Desde a primeira regulamentação, por meio do Decreto-Lei nº 1.190, de 4 de abril de 1939, que trata do curso de Pedagogia e outros cursos, existe uma tentativa de designar um

local ou um ambiente específico para atuação do pedagogo, que, sendo um profissional da educação, tem na escola o local que mais oferece oportunidades de atuação.

Sobre a formação profissional, Libâneo e Pimenta (1999) destacam que o Curso de Pedagogia deve se destinar à formação de profissionais interessados em estudos do campo teórico-investigativo da educação e no exercício técnico-profissional, como pedagogos no sistema de ensino, nas escolas e em outras instituições educacionais e não escolares. Diante disso, Libâneo (2005) ressalta quem é esse profissional, na visão de:

“[...] o pedagogo é o profissional que atua em várias instâncias da prática educativa direta ou indiretamente ligadas à organização e aos processos de transmissão e assimilação de saberes e modos de ação, tendo em vista objetivos de formação humana previamente definidos em sua contextualização histórica (LIBÂNEO, 2005, p.33)

Nas últimas décadas a pedagogia, ciência que investiga a educação, deixou de ocupar apenas os espaços escolares tradicionais para se desenvolver em outros espaços. Este deslocamento se deu, principalmente, pelas necessidades econômicas e sociais de ampliação do campo de atuação para este profissional. Assim, o trabalho pedagógico desenvolvido fora dos espaços escolares é definido como educação não formal.

Para Libâneo (2010):

O curso de pedagogia deve formar o pedagogo *stricto sensu*, isto é, um profissional qualificado para atuar em vários campos educativos para atender demandas socio-educativas de tipo formal e não-formal e informal, decorrentes de novas realidades – novas tecnologias, novos atores sociais, ampliação das formas de lazer, mudanças nos ritmos de vida, presença dos meios de comunicação e informação, mudanças profissionais, desenvolvimento sustentado, preservação ambiental – não apenas na gestão, supervisão e coordenação pedagógica nas escolas, como também na pesquisa, na administração dos sistemas de ensino, no planejamento educacional, na definição de políticas educacionais, nos movimentos sociais, nas empresas, nas várias instâncias de educação de adultos, nos serviços de psicopedagogia e orientação educacional, nos programas sociais, nos serviços de terceira idade, nos serviços de lazer e animação cultural, na televisão, no rádio, na produção de vídeos, filmes, brinquedos, nas editoras, na requalificação profissional etc.” (LIBÂNEO, 2010, p.38)

O termo “não formal” é também utilizado em alguns estudos como sinônimo de “informal”, no entanto existem diferenças entre estes conceitos. A educação não formal se desenvolve fora das escolas em locais informais onde há processo interativo intencional. Já a educação informal acontece em ambientes espontâneos, onde as relações sociais se desenvolvem a partir de gostos, preferências ou pertencimentos herdados.

Segundo Gohn (2006, p.29) os espaços educativos na educação não formal “acompanham as trajetórias de vida dos grupos e indivíduos, fora das escolas, em locais informais, locais onde há processos interativos intencionais”.

A autora também considera que na educação não formal existe intencionalidade na ação, no ato de participar, de aprender e de transmitir ou trocar informação. A educação não formal é considerada como um dos campos básicos da Pedagogia Social, por trabalhar com coletivos e proporcionar aos indivíduos a capacidade de se tornarem cidadãos do mundo, ampliando e abrindo espaços de conhecimento sobre o mundo que os envolve e às suas relações sociais. Eles se constroem no processo interativo, gerando um processo educativo.

Um modo de educar surge como resultado do processo voltado para os interesses e as necessidades de quem dele participa. A construção de relações sociais baseadas em princípio de igualdade e justiça social, quando presentes num dado grupo social, fortalece o exercício da cidadania. A transmissão de informação e formação política e sociocultural é uma meta da educação não formal. Ela prepara os cidadãos e educa o ser humano para a civilidade, em oposição à barbárie, ao egoísmo, individualismo etc. (GOHN, 2006, p.30).

A pedagogia social trabalha com coletivos e traz dimensões políticas, sociais, culturais e históricas. Ela também se volta para o fortalecimento individual e coletivo de grupos em situação de vulnerabilidade, como quilombolas, indígenas, mulheres e transgêneros.

O termo Pedagogia Social, segundo Caliman (2010), surgiu na Alemanha e foi utilizado primeiramente em 1844 por K. F. Magwer, na “Padagogische Revue”, alguns anos mais tarde, em 1850, o termo foi usado pelo pedagogo A. Diesterweg e, em 1898, pelo filósofo Paul Natorp que o sintetizou e publicou a primeira obra sobre pedagogia social intitulada “Pedagogia Social: Teoria da educação e da vontade sobre a base da comunidade”. Esta pedagogia surgiu num contexto de crise econômica, num momento de muitas mudanças e demandas no mundo do trabalho, que levou à exclusão dos menos favorecidos, sobretudo a partir da segunda metade do século XIX, após a segunda revolução industrial.

A pedagogia social segundo Gomes (2009):

[...] surgiu da necessidade de cuidado social em ações de intervenção e prevenção, advindas principalmente, do final da primeira guerra com os “desvalidos”, na Europa. Um contexto avesso às necessidades dos órfãos, doentes, dependentes químicos, infância, idosos e situações de risco. Tais fatos corroboraram para que a Pedagogia Social se firmasse como ciência e disciplina. (GOMES, 2009, p. 6)

Para Caliman (2010), existem várias concepções de pedagogia social, mas no Brasil ela é abordada como uma pedagogia crítica e emancipadora dos indivíduos, que se ocupa

particularmente da educação social, que busca analisar as condições de desigualdades sociais, para superação das vulnerabilidades a que estão expostos milhões de pessoas na sociedade, com um intuito educativo.

No Brasil o conceito de pedagogia social foi se expandindo e passou a ser entendida como uma tarefa educativa social e de responsabilidade do Estado. Nas décadas de 1980 e 1990, com o surgimento das entidades governamentais e não governamentais para crianças e adolescentes, em parcerias entre o público e o privado, a sociedade civil foi deixando de responsabilizar somente o Estado, e aos poucos começou a participar de debates e a assumir maior papel nos projetos sociais.

A educação não formal é menos burocrática e hierárquica que a educação formal e, segundo Gadotti (2005), se apresenta mais interessante nos programas sociais pela não necessidade de obtenção de graus ou certificados, ou tampouco necessitar de sequenciamento como no ensino formal.

Muitos autores afirmam que o objetivo da pedagogia social não é contrariar a educação regular, mas oportunizar aos menos favorecidos uma aprendizagem mais flexível, que respeita o tempo de cada um, no sentido de ajudá-los a sair da situação em que se encontram e para que tenham suas necessidades básicas atendidas.

Não podemos discutir pedagogia social no Brasil sem pensar na obra de Freire (2005), “Pedagogia do Oprimido” que propõe uma educação emancipatória, popular, autônoma do ser educando para torná-lo um ser crítico e democrático. Paulo Freire foi um dos principais divulgadores da educação popular nos anos 1960, ainda no contexto de resistência à ditadura militar.

A educação popular defende que só é possível alcançar uma sociedade justa e democrática se as classes oprimidas e discriminadas tomarem consciência de suas condições de vida e passarem a entender as causas dos problemas que enfrentam. Dessa forma, por meio da educação, seria possível estabelecer estratégias para realizar transformações sociais a favor da população mais afetada.

Freire (1997) na obra “Educação Como Prática da Liberdade” coloca que a palavra podia deixar de ser o veículo das ideologias alienantes para tornar-se o instrumento de uma transformação do homem e da sociedade. Este seria o papel da escola: lugar de ensinar o aluno a ler o mundo e nele intervir positivamente.

O homem é um ser de relações, um ser histórico, político, cultural e social. A sua capacidade de abstrair, de compreender os outros, de compreender o seu tempo, de compreender a si mesmo, o seu meio e de transformar a natureza

para obter seu próprio sustento é o que o distingue dos outros animais (FREIRE, 1997, p.40).

Paulo Freire nos leva a refletir para além da prática educativa. Nos leva a compreender que dentre todas as exigências do trabalho social, no cotidiano do profissional atuante no contexto da assistência social, o trabalho deve se pautar no respeito aos saberes de outrem, na rejeição de qualquer forma de discriminação, na reflexão crítica para a prática, no respeito e reconhecimento da identidade social e cultural dos assistidos. Nas palavras do próprio Freire (1997):

“Outro sentido mais radical tem a assunção ou assumir quando digo: Uma das tarefas mais importantes da prática educativo-crítica é propiciar as condições em que os educandos em suas relações uns com os outros e todos com o professor ou a professora ensaiam a experiência profunda de assumir-se. Assumir-se como ser social e histórico como ser pensante, comunicante, transformador, criador, realizador de sonhos, capaz de ter raiva porque capaz de amar. Assumir-se como sujeito porque capaz de reconhecer-se como objeto. A assunção de nós mesmos não significa a exclusão dos outros. A assunção de nós mesmos não significa a exclusão dos outros. É a “outredade” do “não-eu”, ou do tu, que me faz assumir a radicalidade de meu eu. A questão da identidade cultural, de que fazem parte a dimensão individual e a da classe dos educandos cujo respeito é absolutamente fundamental na prática educativa progressista, é problema que não pode ser desprezado. Tem que ver diretamente com a assunção de nós por nós mesmos.” (FREIRE, 1997, p.41)

Para Paulo Freire o processo educacional é uma transmissão do patrimônio cultural, é o despertar das potencialidades humanas, a reflexão do que se vive, a capacidade de modificar a realidade e o aprimoramento do ser humano. Com ideias humanizadoras reformulou a educação, inserida num sistema educacional opressor, defendendo o princípio ético de que a educação pode reconhecer a condição humana. Isso inspirou o conceito de educação social, pois acreditava-se que por meio dela as mudanças sociais almejadas seriam conquistadas.

De acordo com Demo (1994) a educação social também consiste em passar pelos processos de conscientização, pelo – aprofundamento da tomada de consciência, compreensão da realidade; diálogo, pelo – princípio da comunicação, da criticidade e da convivência; e conhecimento, pela – aprendizagem, aquisição e reinvenção de uma prática fundamentada na cidadania e na ética.

3.2. A legislação e o perfil do pedagogo atuante nos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS)

A pedagogia pode gerar intervenções em variados campos e contextos sociais, como atividades de esportes e lazer, atendimento ao jovem aprendiz, recuperação de adolescentes e

crianças em situação de risco em diferentes espaços como projetos sociais, igrejas, ONGs, sindicatos, presídios, museus, empresas, e em programas de assistência social.

O trabalho do pedagogo nos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) é recente e seus agentes ainda buscam a construção de uma identidade, se adequando às especificações e às realidades que aparecem.

Pimentel (2021) coloca que a falta de reconhecimento do pedagogo como cientista da/para educação é latente entre os demais profissionais que atuam na Assistência Social. Além disso, a falta de divulgação desses espaços e das graduações restringirem o papel pedagógico somente à escola torna-se um grande desafio, já que os pedagogos precisam estar sempre reafirmando o seu papel e a importância dele.

A Resolução nº 17/2011 do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), no seu Art. 2º, ampliou o elenco das categorias profissionais da equipe de referência do CRAS reconhecendo outras profissões, como Antropólogo, Economista Doméstico, Sociólogo; Terapeuta ocupacional; Musicoterapeuta. e Pedagogo, como profissionais que agregam saberes e habilidades aos serviços de Proteção Social Básica (BRASIL, 2011). Juntamente com a NOB/SUAS consolidaram “a direção de profissionalização da política de assistência social, indicando parâmetros para a seleção de profissionais, a partir das especificidades locais, do conhecimento das necessidades de seus usuários e da disponibilidade de profissionais na região” (NOB-RH/SUAS, 2011, p.33).

A NOB-RH/SUAS (2011) determina que toda a equipe de referência do CRAS seja composta por servidores públicos efetivos, ou seja, “a seleção desses profissionais, se ainda não efetuada por meio de concurso público, deverá ser realizada mediante de processo seletivo regido pelos critérios da transparência, impessoalidade e capacidade técnica para o desenvolvimento das atribuições” (BRASIL, 2009, p.61). A divulgação, de possibilidades de atuação fora dos muros das escolas para os pedagogos, tem se mostrado um tanto quanto ineficiente, pouco recorrente. Fato este que ressalta a importância de maior discussão sobre os campos de atuação da profissão para que os mesmos possam lutar por espaços que já lhes são atribuídos legalmente.

A princípio o profissional pedagogo que atuará no CRAS necessita a compreender que, segundo Nascimento (2010, p.33), “a essência da área social é trabalhar a libertação, o protagonismo do indivíduo, com intuito de superar as condições de desigualdades sociais, permitindo que este indivíduo excluído socialmente, possa ser incluído e ter uma vida digna”. Percebe-se, portanto, que a Pedagogia de Paulo Freire encontra na área social sua relevância.

Para Freire (2011, p.120) “o que temos que fazer, na verdade, é propor ao povo, através de certas contradições básicas, sua situação existencial, concreta, presente, como problema que, por sua vez, o desafia e, assim, lhe exige resposta, não só no nível intelectual, mas no nível da ação”. As atividades, palestras, eventos e oficinas desenvolvidas nos CRAS deverão produzir reflexões nas ações do cotidiano, porém, não basta apenas refletir sobre a situação de vulnerabilidade social, é preciso agir para que assim a realidade vivenciada seja transformada, modificada.

Algo muito interessante na Pedagogia é o privilégio de dialogar e humanizar no sentido de transformar realidades. Nos programas sociais ofertados nos CRAS esses dois eixos são prioridades para que haja um desenvolvimento de excelência com as famílias em situações de vulnerabilidades e assim alcançar o sucesso nos objetivos propostos pela Política Nacional de Assistência Social, que são reflexão, ação e transformação.

Por sua vez, esse diálogo deve ser uma relação horizontal entre pessoas que se comunicam, baseado no amor, humildade, esperança, fé e verdade. (FREIRE, 1967). Não é um diálogo hierárquico, que poderia ser devido a situação de vulnerabilidade das famílias, é sim um diálogo de igualdade onde as famílias e seus membros se sentem confortáveis em relatar as experiências vividas e que não são agradáveis a todos os ouvidos. É exatamente nesses diálogos de confiança que o pedagogo extrai todo o fundamento para a realização do seu trabalho.

Para Freire (2011) a humanização do Ser Humano se constrói no dia a dia, pois este é um ser inacabado e em um constante processo de aperfeiçoamento do “ser mais”. Considera-se que o ser humano, bem como suas realidades, seja histórico e que não é algo pronto necessitando uma busca contínua por realização, conhecimento, transformação e identidade.

Neste sentido, para Freire (2006) a educação deve ser usada como um instrumento de mudança no mundo, conscientizando e humanizando para que possa se transformar sucessivamente, pois este processo não finaliza e leva ao desenvolvimento de um espírito crítico o qual não deve ser deixado de lado ou até mesmo esquecido após essas transformações para que sejam evitadas novas opressões.

3.3. O Serviço de Proteção e Atendimento Integral às Famílias (PAIF) e o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV)

O CRAS é a estrutura física onde o Serviço de Proteção e Atendimento Integral às Famílias (PAIF) é executado, sendo a unidade pública de referência da rede de proteção social básica.

O PAIF, principal serviço da proteção social básica que desenvolve o trabalho social com famílias. Foi reconhecido pelo governo federal como um serviço continuado de proteção básica (Decreto nº 5.085/2004), que passou a integrar a rede de serviços socioassistenciais e que consiste no trabalho social com famílias, de caráter continuado, com a finalidade de fortalecer a função protetiva da família, prevenir a ruptura de seus vínculos, promover seu acesso e usufruto de direitos e contribuir na melhoria de sua qualidade de vida. O serviço prevê o desenvolvimento de potencialidades e aquisições das famílias e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, por meio de ações de caráter preventivo, protetivo e proativo.

Constituem-se como usuários do PAIF as famílias territorialmente referenciadas ao CRAS, em situação de vulnerabilidade social decorrente da pobreza, do precário ou nulo acesso aos serviços públicos, da fragilização de vínculos de pertencimento e sociabilidade e/ou qualquer outra situação de vulnerabilidade e risco social. O enfrentamento das situações de vulnerabilidades é realizado por meio de ações centradas no fortalecimento da autoestima, dos laços de solidariedade e dos sentimentos de pertença e coletividade.

O direito ao convívio é assegurado, por meio de um conjunto de serviços locais que visam à convivência, à socialização e à acolhida de famílias cujos vínculos familiares e comunitários precisam ser protegidos.

O Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) é mais um serviço pertencente à Proteção Social Básica do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e deve ser desenvolvido a partir de ações preventivas e proativas, no sentido de complementar o trabalho realizado no Serviço de Proteção e Atendimento Integral às Famílias (PAIF), prevenindo a ocorrência de situações de risco social e fortalecendo a convivência familiar e comunitária junto aos usuários.

O SCFV tem como principais objetivos:

“[...] Complementar o trabalho social com família, prevenir a institucionalização e a segregação de crianças, adolescentes, jovens e idosos, em especial, das pessoas com deficiência, promover acessos a benefícios e serviços socioassistenciais, promover acessos a serviços setoriais, oportunizar o acesso às informações sobre direitos e sobre participação cidadã, possibilitar acessos a experiências e manifestações artísticas, culturais, esportivas e de lazer, favorecer o desenvolvimento de atividades intergeracionais” (BRASIL, 2014, p. 19).

Além dos objetivos gerais, de desenvolver o sentimento de pertencimento e de identidade, incentivar a socialização e a convivência comunitária e a promoção de potencialidades, a partir das atividades realizadas em grupo, o SCFV tem objetivos específicos para cada ciclo de vida, tendo em vista as especificidades de cada etapa do desenvolvimento dos indivíduos.

A participação de crianças e adolescentes retirados do trabalho infantil no SCFV é considerada uma estratégia fundamental para o enfrentamento do trabalho infantil, proporcionando a oferta de novas oportunidades de desenvolvimento às crianças e aos adolescentes atendidos por este serviço.

Dentre as atividades desenvolvidas pelos grupos do SCFV, destacam-se as de natureza artístico-cultural, desportivas, esportivas e lúdicas, que funcionam como estratégias para promover a convivência e a ressignificação de experiências conflituosas, violentas e traumáticas vivenciadas pelos usuários.

A partir de atividades realizadas com grupos, o SCFV tem como foco principal o desenvolvimento do sentimento de pertença e de identidade, além de incentivar a socialização e a convivência comunitária e a promoção de potencialidades.

Nesse sentido é importante entender que ambos os serviços, PAIF e SCFV, realizam atividades em grupos, porém são intervenções distintas. As atividades realizadas pelo PAIF são organizadas com antecedência, com metas de curto prazo, que devem ser alcançar um conjunto de famílias, por meio da “participação de seus responsáveis, ou outros representantes, sob a condução de técnicos de nível superior do CRAS” (BRASIL, 2016, p. 18). O SCFV por sua vez realiza atividades em grupo de acordo com a idade, e são conduzidas por um educador social ou facilitador de oficinas. “A organização dos grupos de acordo com o ciclo de vida dos usuários fundamenta-se na compreensão acerca das especificidades e desafios relacionados a cada estágio da vida dos indivíduos” (BRASIL, 2016, p. 20).

A Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (2009) mostra a descrição detalhada do serviço para cada faixa etária e determina a organização dos grupos da seguinte forma: crianças até 5 anos, crianças e adolescentes de 6 a 14 anos, adolescentes de 15 a 17 anos, jovens de 18 a 29 anos, adultos de 30 a 59 anos e pessoas idosas.

Apesar desta organização, os municípios deverão levar em conta as demandas surgidas e as necessidades das pessoas participantes. Além disso, é de suma importância inserir ações intergeracionais e incluir pessoas com deficiência nas atividades do SCFV.

Os encontros do SCFV podem acontecer de formas diferenciadas e devem ser espaços para diálogos e momentos de se buscar formas de prevenir as vulnerabilidades sociais enfrentadas no território e, por este motivo, devem ser planejados junto com os grupos e estar baseados nas especificidades destes. O SCFV organiza-se de modo a ampliar trocas culturais e de vivências, desenvolver o sentimento de pertença e de identidade, fortalecer vínculos familiares e incentivar a socialização e a convivência comunitária. Possui caráter preventivo e proativo, pautado na defesa e afirmação dos direitos e no desenvolvimento de capacidades e potencialidades, com vistas ao alcance de alternativas emancipatórias para o enfrentamento da vulnerabilidade social.

O SCFV deve prever o desenvolvimento de ações intergeracionais e a heterogeneidade na composição dos grupos por sexo, presença de pessoas com deficiência, etnia, raça, entre outros. É importante ressaltar que determinadas características de grupos familiares ou individuais são as que mais sofrem com as situações de vulnerabilidade e risco social, ocasionadas pelos estes aspectos.

Segundo a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais o SCFV deve ser desenvolvido a partir de três eixos norteadores que perpassam todos os ciclos da vida dos usuários:

- a participação,
- a convivência social e
- o direito de ser.

A convivência social é considerada o principal eixo do SCFV, por traduzir a essência dos serviços da Proteção Social Básica e promovendo o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. As ações e atividades estimulam o convívio social e familiar, o sentimento de pertença, a formação da identidade, a construção de novos projetos de vida, etc. Já o direito de ser, estimula o exercício da infância e da adolescência, por meio de atividades que promovem a troca de experiências, e potencializam a vivência em cada ciclo de vida.

Por fim, a participação, por meio de oferta de atividades, tanto do PAIF quanto do SCFV, por meio das mais diferentes ações e dinâmicas de intervenção nos grupos, busca estimular a participação dos usuários nos diversos espaços de controle social, família, comunidade e escola, reforçando os vínculos afetivos das perdas e suas fragilidades, assegurando dessa forma o seu papel como sujeitos de direitos e deveres.

3.4. A atuação do pedagogo dentro do CRAS: uma visão além do educar

O conceito de educação sofreu alterações com o passar do tempo, e segundo Libânio (2005) não se restringiu apenas a educação formal dentro da sala de aula, mas também àquela fora dos muros da escola em diversos e diferentes ambientes:

De fato, vem se acentuando o poder pedagógico de vários agentes educativos formais e não formais. Ocorrem ações pedagógicas não apenas na família, na escola, mas também nos meios de comunicação, nos movimentos sociais e outros grupos humanos organizados, em instituições não escolares. Há intervenção pedagógica na televisão, no rádio, nos jornais, nas revistas, nos quadrinhos, na produção de material informativo, tais como livros didáticos e paradidáticos, enciclopédias, guias de turismo, mapas, vídeos e, também, na criação e elaboração de jogos, brinquedos (LIBÂNIO, 2005, p. 27).

As Diretrizes Curriculares Nacionais do curso de Pedagogia destacam no campo sobre a “Finalidade” como os profissionais devem ter uma preparação para os desafios futuros tanto em sala de aula como fora dos muros da escola. A formação do pedagogo deve transitar por vários campos de estudos, para permitir o conhecimento histórico, antropológico, filosófico, ambiental e ecológico, psicológico, político, sociológico, econômico, cultural entre outros. É requerido para estes profissionais:

[...] atuar com ética e compromisso com vistas à construção de uma sociedade justa, equânime, igualitária; trabalhar, em espaços escolares e não escolares, na promoção da aprendizagem de sujeitos em diferentes fases do desenvolvimento humano, em diversos níveis e modalidades do processo educativo; identificar problemas socioculturais e educacionais com postura investigativa, integrativa e prepositiva em face de realidades complexas, com vista a contribuir para superação de exclusões sociais, étnico-raciais, econômicas, culturais, religiosas, políticas e outras (BRASIL, 2005, p.131)

Como vimos anteriormente a lei que garante ao pedagogo integrar a equipe dos CRAS dentro do SUAS, Resolução nº 17 de 20 de junho de 2011, decreta este profissional como trabalhador que poderá atender as especificidades dos serviços socioassistenciais.

Esta legislação permite ao pedagogo, dentro da Assistência Social, atuar como técnico de referência nos CRAS junto com a equipe de técnicos de referência na Proteção Social Básica ou na Proteção Social Especial, em serviços que pode ser programas, projetos, assessoramento, vigilância e defesa de garantias de direitos socioassistenciais, além de atuar como coordenador das oficinas desenvolvidas pelo SCFV, assim como em cargo de gestão.

A despeito da lei que garante a este profissional a atuação no contexto da Assistência Social, ainda há muita oposição dos profissionais historicamente atuantes na área, e uma desvalorização deste trabalhador em realizar seu trabalho seja como mediador, técnico de referência, coordenador de atividades ou gestor, nestes espaços profissionais.

Uma das atividades mais importantes para a prática-crítica, segundo Freire (2002), é a experiência de colocar o indivíduo em troca de experiência com o outro, ou seja, em momentos coletivos promovendo embates que afetam, porque assim eles se percebem numa troca de vivências e de sentimentos, experimentando as emoções, a igualdade e o desejo de transformar ou recriar o mundo.

A educação do licenciado em Pedagogia para Budtinger (2019) deve propiciar, por meio de investigação, reflexão crítica e experiência no planejamento, execução, avaliação de atividades educativas, a aplicação de contribuições de campos de conhecimentos, como o filosófico, o histórico, o antropológico, o ambiental-ecológico, o psicológico, o linguístico, o sociológico, o político, o econômico e o cultural. Ainda para a autora, o propósito dos estudos destes campos é nortear a observação, análise, execução e avaliação do ato docente e de suas repercussões ou não em aprendizagens, bem como orientar práticas de gestão de processos educativos escolares e não-escolares, além da organização, funcionamento e avaliação de sistemas e de estabelecimentos de ensino.

Pimentel (2021), ao entrevistar duas pedagogas atuantes no CRAS do município de Erechim/RS. Notou que as funções exercidas pelas entrevistadas são muito relacionadas ao universo pedagógico, pois organizam metas, fazem projetos, criam e desenvolvem oficinas que visam contemplar o que os sujeitos necessitam. Estas ações representam uma especificidade de trabalho do pedagogo, uma das potencialidades que este profissional possui.

Para Libâneo (1999) o pedagogo pode e deve vivenciar suas experiências em campo, efetivando suas atividades em vários segmentos tanto educacional como em práticas sociais:

O pedagogo é um profissional qualificado para atuar em vários campos educativos, atendendo as demandas socioeducativas decorrentes de novas realidades, novas tecnologias, mudanças nos ritmos de vida, a presença nos meios de comunicação e informação, dentre muitas áreas que requerem a contribuição do pedagogo. (LIBÂNEO, 1999, p.30-31)

O pedagogo na estrutura dos CRAS atuando junto ao PAIF, deve atender a grupos de famílias, por meio de dinâmicas e ações planejadas, organiza palestras, oficinas e eventos junto às comunidades, com objetivo principal de prevenir situações de risco social, desenvolver sentimentos de pertença, ampliar trocas culturais e de conhecimentos, fortalecendo, assim os vínculos e estimulando a socialização comunitária.

No SCFV o pedagogo atua como coordenador das diversas oficinas oferecidas, como as de artesanato, música, capoeira, ginastica, dança, entre outras, atendendo grupos de crianças, adolescentes, adultos e idosos em situação de vulnerabilidade social, isolamento e negligência, entre outras situações e objetiva oferecer a ajuda necessária à superação destas

dificuldades através da efetividade dos direitos sociais, do estreitamento dos vínculos afetivos, da superação de conflitos e da socialização.

Outras funções do pedagogo no SCFV contemplam: a busca ativa; o planejamento e coordenação de atividades realizadas no SCFV; acompanhamento da frequência dos usuários nos serviços; a promoção de reuniões e palestras com as famílias e indivíduos atendidos pelo serviço; a elaboração de material didático; a elaboração de material visual de cunho educativo e informativo; a organização de palestras de divulgação dos serviços; e a capacitação continuada para os agentes sociais que atuam nas oficinas, dentre outras atividades em que a equipe precise de sua intervenção.

Monteiro e Costa (2017) apontam que o pedagogo dentro do CRAS, além de exercer atividades educacionais com os usuários deste centro, também atua como coordenador de atividades, na organização e norteamento das intervenções realizadas, juntamente com psicólogos, orientadores sociais e outros que integram grupo de profissionais, almejando sempre alcançar os objetivos do projeto.

Caliman (2006) coloca que a Pedagogia Social tem como finalidade de pesquisa a promoção de condições de bem-estar social, de convivência, de exercício de cidadania, de promoção social e desenvolvimento, de superação de condições de sofrimento e marginalidade. Em seu trabalho conclui que a Pedagogia Social tem a ver com a construção, aplicação e avaliação de metodologias de prevenção e recuperação.

Diante do exposto pode-se considerar que a atuação do pedagogo no contexto da assistência social exige sensibilidade e consciência de que o público, assistido pelos CRAS, necessita mais do que aprender qualquer técnica ou saber, este público precisa se sentir pertencente de uma sociedade com direitos e deveres. Desta forma a pedagogia social se apresenta ativa e pode ser considerada como ferramenta de análise das condições de desigualdade social, com o intuito educativo para superação das vulnerabilidades sociais do público assistido.

4. Considerações finais

Este trabalho de pesquisa bibliográfica teve como objetivo refletir sobre atuação do pedagogo no contexto da Assistência Social, mostrando sua atuação dentro do CRAS e a importância de suas intervenções, que vão muito além do papel educador.

Foi possível levantar com esta pesquisa que o pedagogo, em sua formação, está habilitado para trabalhar em ambientes não escolares, com regulamentação na LDB (1996) e

norteamento de sua formação através das Diretrizes Curriculares para o Curso de Pedagogia (2005) para tais experiências.

A Pedagogia Social, em termos práticos e conceituais, vai além do conceito de educação não formal estudado no curso de pedagogia, sendo urgente uma discussão ampla sobre a necessidade de reorganização curricular que possa ofertar novos conteúdos para estes profissionais.

Ao verificarmos nas grades curriculares que, por mais que o pedagogo seja um profissional que pode atuar em diversos espaços, as universidades tendem a abordar majoritariamente durante o curso, assuntos ligados à docência. Acreditamos que não é realmente possível em quatro ou cinco anos conseguir abarcar tudo sobre a profissão do pedagogo de maneira aprofundada, porém precisa-se sim entrar para discussão todas as possibilidades (PIMENTEL, 2021, p.75).

Partindo destas reflexões, de acordo com Libâneo (2005), esta formação deve abranger novos perfis profissionais e demandas da sociedade, incorporando as mudanças tecnológicas e socioeconômicas. Esta formação, portanto, não se resume ao ambiente escolar, havendo novos campos educativos, tais como sistema prisional, hospitais, museus, igrejas, empresas, e, o objeto de nosso estudo, os CRAS.

Ao responder a questão sobre “qual o papel do pedagogo em contexto não escolares, mais especificamente na assistência social?” esta pesquisa trouxe reflexões, ainda que superficiais, a respeito do papel do pedagogo como agente de transformação social, por meio de sua atuação e de suas intervenções ao compor as equipes dos CRAS, não obstante, o pedagogo procura promover o desenvolvimento por meio de intervenções nas comunidades, além de contribuir para o desenvolvimento integral de crianças, adolescentes, jovens e idosos, por meio de projetos e ações.

É fundamental ressaltar que, embora este estudo tenha levantado algumas de suas funções dentro dos serviços apontados, a atuação deste profissional pode se caracterizar como mais inovadora e extensa, indo além das breves colocações deste artigo. Nesse sentido, cabe ao pedagogo compreender novos contextos em que ele está inserido, da mesma maneira como sua formação acadêmica deve incorporar as possibilidades para as reflexões destes contextos, sendo através da inclusão de maior conteúdo e carga horária a respeito desses, ou ainda, a partir da pluralização de espaços de práticas pedagógicas que transcendam a escola.

Este estudo aponta que há a necessidade de inflexões na perspectiva da formação acadêmica para que estas contemplem esses outros espaços de atuação profissional, ainda que

este debate tenha que ser mais bem desenvolvido no Brasil. O resultado desta mudança propiciará um aprofundamento não só reflexivo sobre os contextos, como também em inovações metodológicas e práticas que propiciem, inclusive a inserção desses profissionais no mercado de trabalho.

Nesta direção, discutir e identificar o trabalho que o pedagogo exerce na Assistência Social, em especial nos CRAS, se faz necessário e urgente, a fim de trazer luz para questionamentos como: A formação acadêmica do profissional de pedagogia o prepara para atuar na Assistência Social? O pedagogo está habilitado para o desempenho destas funções? Quais seriam suas funções nos CRAS? Quais seriam suas contribuições no contexto da PNAS?

Pensar na relevância da contribuição do pedagogo na PNAS é reafirmar sua importância para o desenvolvimento crítico na formação cidadã. Considerando sua atuação de forma interventiva na superação de conflitos e fortalecimento de vínculos afetivos e sociais dos atendidos, em especial na superação das vulnerabilidades sociais, buscando meios e possibilidades de transformação na vida dos que buscam educar-se, seja no contexto escolar ou em qualquer outro espaço em que ocorra uma ação educativa.

O pedagogo atuando no contexto social deve estar sensibilizado e consciente de que a educação social é o mecanismo que amplia os princípios e práticas da dignidade humana, da liberdade e da justiça social (FREIRE, 1997).

Em resumo, a discussão sobre este tema necessita ser ampliada e pesquisas precisam ser realizadas e divulgadas para que estudantes de pedagogia e pedagogos formados possam expandir as possibilidades de atuação desta profissão para além do contexto escolar. Uma vez que a educação ocorre em todos os lugares onde há relação entre sujeitos.

Este trabalho, por fim, se encerra com uma colocação de Paulo Freire (1997, p. 96) necessária e que instiga a reflexão: “A Educação transforma, é um ato de coragem, de amor, de resistência! Que possamos cada dia mais valorizar seus profissionais e compreender a importância desses e suas lutas diárias dentro da sociedade para a transformação na vida de muitos sujeitos”.

REFERÊNCIAS

Monteiro AL, Costa ARL. **O pedagogo no Centro de Referência da Assistência Social - CRAS**. Revista Eletrônica Acta Sapientia, v.4, n. 1, artigo 3. 2017 - actasapientia.net.br

Disponível em: <http://actasapientia.net.br/index.php/acsa/article/view/25/20>. Acesso em: 22/10/202.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Resolução nº 1 de 05 de janeiro de 2021. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Profissional e Tecnológica. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 2021; Disponível em: https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/resolucao-cne/cp-n-1-de-5-de-janeiro-de-2021-297767578?fbclid=IwAR1cguC7vHF27D0foope_s3a68oiqVPd56KayaTGSKrWd6Ey8IWTkl12CHg Acesso em: 13/09/2021.

_____. Decreto-Lei nº 1.190, de 4 de Abril de 1939. Disponível em: <http://www2.camara.gov.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-1190-4-abril-1939-349241-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 10/09/2021.

_____. Lei orgânica da Assistência Social anotada. -- Brasília, DF: MDS; Secretaria Nacional de Assistência Social, 2009.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. NOB-RH Anotada e Comentada – Brasília, DF: MDS; Secretaria Nacional de Assistência Social, 2011.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Orientações técnicas sobre o PAIF: O Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família segundo a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais – volume 1. Brasília, DF: MDS; Secretaria Nacional de Assistência Social, 2012.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Orientações técnicas sobre o PAIF: O trabalho social com famílias do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família – volume 2. Brasília, DF: MDS; Secretaria Nacional de Assistência Social, 2012.

_____. Ministério de Educação. Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia, licenciatura. Resolução CNE/CP 1/2006. Diário Oficial da União, Brasília, 16 de maio de 2006, Seção 1, p. 11. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/component/content/article?id=12991> Acesso em 23/08/2021.

_____. Orientações Técnicas: Centro de Referência de Assistência Social – CRAS/ Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. – 1. ed. – Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2009.

_____. Política Nacional de Assistência Social: texto da Resolução nº 145, de 15 de outubro de 2004. -- Brasília, DF: MDS, 2005.

_____. Tipificação Nacional dos serviços socioassistenciais: texto da Resolução nº109, de 11 de novembro de 2009. -- Brasília, DF: MDS, 2009.

BUDTINGER, C. R. M. **O papel do pedagogo em instituições não escolares**. Trabalho de Conclusão de Curso de Pedagogia. UNIJUI. Santa Rosa, RS. 2019, 31p. Disponível em: <https://bibliodigital.unijui.edu.br:8443/xmlui/bitstream/handle/123456789/6018/Claudia%20Raquel%20Machry%20Budtinger.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 23/10/2021

CALIMAN, Geraldo. **Pedagogia Social: seu potencial crítico e transformador**. Revista de

Ciências da Educação - UNISAL - Americana/SP – n. 23, p.341-368, 2010. Disponível em:
<http://www.revista.unisal.br/ojs/index.php/educacao/article/view/73/142>

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UECE, 2002. Apostila. Disponível em:
<http://www.ia.ufrj.br/ppgea/conteudo/conteudo-2012-1/1SF/Sandra/apostilaMetodologia.pdf>

FONTELLAS, M. J.; SIMÕES, M. G.; FARIAS, S. H.; FONTELLAS, R. G. S. **Metodologia da pesquisa científica: diretrizes para a elaboração de um protocolo de pesquisa**. *Rev. Para. Med. (Impr.)*; 23(3), jul.-set. 2009. Disponível em:
<https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/lil-588477>

FREIRE, Paulo. **Educação como Prática da Liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

_____. **Pedagogia da esperança: um reencontro com a Pedagogia do oprimido**. São Paulo: Paz e Terra, 2006.

_____. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.

_____. **Pedagogia da Autonomia**. Paz e Terra, São Paulo, 50. ed. 2015.

GADOTTI, Moacir. **Perspectivas atuais em educação**. SÃO PAULO EM PERSPECTIVA, 14(2) 2000. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/spp/a/hbD5jkw8vp7MxKvfvLHsW9D/?lang=pt&format=pdf>.
Acesso em: 12/09/2021.

GOHN, Maria da Glória. **Educação não-formal, participação da sociedade civil e estruturas colegiadas nas escolas**. Rio de Janeiro: v.14, n.50, p. 27-38, jan./mar. 2006.

_____. **Educação não formal e o educador social. Atuação desenvolvimento de projetos sociais**. São Paulo: Cortez, 2010. 104 p.

GOMES, Alessandra de Fátima Borges. **A Pedagogia Social na Educação Infantil: Possibilidades de trabalho com a comunidade**. Disponível em:
http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/diaadia/diadia/modules/mydownloads_01/viewcat.php?cid=89&min=40&orderby=hitsD&show=5&PHPSESSID=6a0181efc49e79f58bcf883287e09f. Acesso em: 23/08/2021.

LIBÂNEO, J.C. **Pedagogia e Pedagogos, para quê?** São Paulo, Cortez, 2005.

_____. **Pedagogia e pedagogos, para que?** 2.ed. São Paulo: Cortez,1999.

PIMENTEL, D. C. **Para além dos muros da escola: o pedagogo na assistência social atuando no município de Erechim-RS**. Trabalho de Conclusão de Curso de graduação apresentado como requisito para obtenção de grau de Licenciado em Pedagogia pela Universidade Federal da Fronteira Sul – Campus Erechim. Maio/2021.

ROTHER, Edna Terezinha Revisão sistemática X revisão narrativa. *Acta Paulista de Enfermagem* [online]. 2007, v. 20, n. 2 [Accedido 8 Noviembre 2021] , pp. v-vi. Disponible

en: <<https://doi.org/10.1590/S0103-21002007000200001>>. Epub 17 Jul 2007. ISSN 1982-0194. <https://doi.org/10.1590/S0103-21002007000200001>.

RYYNÄNEN, Sanna. A Pedagogia Social na Finlândia e o contexto brasileiro. In: SILVA, Roberto da; NETO, João Clemente de Souza; MOURA, Rogério Adolfo de. (Orgs) Pedagogia Social. São Paulo: Expressão e Arte Editora, 2009.